

INFORMATIVO DAS ÁGUAS



Nº 10 - NOVEMBRO 2023 - INFORMATIVO DO COMITÊ CHAPECÓ E IRANI | GRUPO URUGUAI

Palestra aborda "Cobrança pelo uso dos recursos hídricos"

DIÁLOGOS SOBRE A GESTÃO DAS ÁGUAS

O INSTRUMENTO DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS: LIMITES E POSSIBILIDADES

26/10/2023
18h30 AS 20h30

VIDEOCONFERÊNCIA
ESCANEI E FAÇA SUA INSCRIÇÃO

MEDIADOR: ANDRÉ LEÃO
COORDENADOR TÉCNICO DA ENTIDADE EXECUTIVA UNIVERSIDADE DO CONTESTADO

PROMOÇÃO: ENTIDADE EXECUTIVA - UNIVERSIDADE DO CONTESTADO - UNC

REALIZAÇÃO:

UNC **URUGUAI** **fapesc** **SANTA CATARINA**

HAVERÁ DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

não foi implementada, como é o caso do estado de Santa Catarina. O evento superou as expectativas, além de impulsionar a integração dos membros do Comitê, promoveu conhecimento aos participantes.

Breve histórico da cobrança dos recursos hídricos no Brasil

Dados da Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA), revelam que a evolução da cobrança dos recursos hídricos no Brasil foi um movimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas Interestaduais, que atuam em mais de um estado, sendo iniciada na Bacia do Rio Paraíba do Sul, nas Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ), na Bacia do Rio São Francisco, nas Bacias do Rio Doce, Rio Paranaíba e do Rio Verde Grande. Dentre os dez Comitês Interestaduais brasileiros, seis já implementaram o instrumento da cobrança. Em relação aos Comitês de Bacias Hidrográficas estaduais, destaca-se o Estado do Ceará, no qual, a cobrança pelo uso dos recursos hídricos está instituída desde o ano de 1996. Seguindo para o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

Várias foram as formas de implantação do instrumento da cobrança. No Rio de Janeiro, por exemplo, a Assembleia Legislativa editou uma Lei e a partir da mesma se estabeleceu a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em todo o estado. Vale ressaltar que a referida Lei não tirou poder algum dos Comitês de Bacias, mas, deu start para início dos trabalhos. Já em Minas Gerais até o ano de 2014, o estado adotava o modelo de aguardar o Comitê de Bacia Hidrográfica propor e deliberar a cobrança pelo uso dos recursos hídricos (conforme Resolução nº 48). No entanto, o estado que contava com trinta e seis unidades de gerenciamento de recursos hídricos, somente doze haviam deliberado sobre a cobrança. Em determinado momento, concluiu-se que a implementação estava de certa forma, lenta, por isso, a Assembleia Legislativa mineira, ao avaliar a política de cobrança, fez uma recomendação para que se agilizasse a implementação da cobrança, ou seja, deu oportunidade aos Comitês para que deliberassem dentro de prazos estabelecidos por Decreto, a implementação da cobrança. Esta estratégia impulsionou e mobilizou os Comitês, ao final do prazo estabelecido pelo Decreto somente dois Comitês não haviam se mobilizado com a questão. Em Santa Catarina, a capital Florianópolis/SC instituiu contribuição financeira ambiental pela utilização de recursos hídricos superficiais e subterrâneos por prestadores de serviços de saneamento básico beneficiários da proteção proporcionada por Unidades de Conservação Municipal. Tal iniciativa, aproxima-se da cobrança pelo uso dos recursos hídricos - Decreto nº 24.357/2022.

No dia 26 de outubro, representantes das organizações-membro do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Chapecó-Irani participaram da primeira edição do evento "Diálogos sobre a gestão das águas". Na ocasião, foi discutida a temática "Cobrança pelo uso dos recursos hídricos como instrumento de gestão". Na oportunidade, Marco Antônio Mota Amorin, especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), propagou informações, conhecimentos e análises sobre o tema que, segundo o palestrante, é um instrumento fundamental para a gestão adequada dos recursos hídricos, no qual o Comitê de Bacia Hidrográfica possui domínio e que ainda é um desafio no território brasileiro, especialmente catarinense.

Após a explanação do especialista da ANA, foi aberto o espaço para o debate, onde os participantes tiveram a oportunidade de interagir e esclarecer dúvidas relacionadas ao tema em questão. O evento foi considerado de alto nível e comprovou ser muito significativo. Prova disso, foi o amplo debate entre o palestrante e os participantes.

De acordo com o Engenheiro Sanitarista e Ambiental e mediador do debate, André Leão, a Cobrança pelo uso dos recursos hídricos é um tema emergente, recorrente e muito importante para ser discutido no âmbito dos Comitês de Bacias hidrográficas, em especial naquelas em que a cobrança pelo uso dos recursos ainda



Comitê Chapecó e Irani realiza AGO presencial e discute temas relevantes



regional. “Muito importante destacar a participação ativa dos membros com muita transparência nas apresentações e a ênfase na preocupação constante com a sustentabilidade das ações e resultados. A deliberação de estratégias para enfrentar desafios ambientais demonstrou um compromisso unificado dos membros deste grande Comitê com a preservação dos recursos hídricos. Vale destacar também a ampla representatividade das entidades que integram o CBH”, finaliza Arceli.

A abrangência do Comitê

O território de atuação do Comitê Chapecó e Irani compreende total ou parcialmente, 59 municípios do Oeste Catarinense, sendo eles: Abelardo Luz, Água Doce, Águas de Chapecó, Águas Frias, Arvoredo, Bom Jesus, Bom Jesus do Oeste, Campo Erê, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Coronel Martins, Cunha Porã, Cunhataí, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Formosa do Sul, Galvão, Guatambú, Ipuacu, Ipumirim, Irani, Irati, Jardinópolis, Jupiá, Lajeado Grande, Lindóia do Sul, Macieira, Maravilha, Marema, Modelo, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Novo Horizonte, Ouro Verde, Paial, Palmitos, Passos Maia, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Ponte Serrada, Quilombo, Saltinho, Santiago do Sul, São Bernardino, São Carlos, São Domingos, São Lourenço do Oeste, Saudades, Seara, Serra Alta, Sul Brasil, Tigrinhos, União do Oeste, Vargeão, Vargem Bonita, Xanxerê, Xavantina e Xaxim.

No último dia 9 de novembro, foi realizada a segunda Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Comitê Chapecó e Irani. A ocasião foi realizada na modalidade presencial, no auditório da UNOESC - Campus Chapecó. Trata-se de um momento de suma importância, que contou com a presença de membros da diretoria, organizações-membro e da Entidade Executiva. A participação dos presentes foi essencial para o êxito da AGO, que é sempre um momento de planejamento e reflexão sobre os mecanismos de atuações dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Entre os itens de pauta, estiveram as leituras de ofícios de substituição de representantes de organizações-membro, bem como leitura e aprovação da ata da Assembleia anterior. A deliberação quanto ao edital de convocação das Assembleias Setoriais Públicas (ASP), a previsão orçamentária e o plano de atividades para 2024. Além disso, dialogou-se sobre o calendário de discussões para o próximo ano.

Outros assuntos que estiveram em pauta, no âmbito de temas gerais, foram o projeto de identificação dos conflitos nas áreas de preservação permanente da Bacia Hidrográfica do Rio Retiro, curso de capacitação, planejamento estratégico, hidroelétricas no Baixo Chapecó, e o ERCBO Sul-2024, evento previsto para ocorrer no ano que vem.

Conforme o Presidente do Comitê, Clenoir Antônio Soares, esta foi a primeira AGO após certo tempo de realização somente via online, aspecto também discutido no encontro. A partir das próximas Assembleias, definiu-se que será um modelo híbrido: tanto presencial quanto online. “Eu acho que é muito positivo fazer as reuniões híbridas, pois há mais contato entre as pessoas. Agradeço a equipe que nos deu suporte para todo o evento”, relata.

Arceli Nicolodi, relator da Câmara Técnica de Crise Hídrica, destaca que a Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Comitê de Bacias Hidrográficas Chapecó e Irani foi conduzida de maneira muito eficiente, abordando temas cruciais para a gestão hídrica



COMITÊ

Chapecó e Irani





Comitê Chapecó e Irani publica edital para renovação das organizações-membro

Nesta quinta-feira, dia 16 de novembro de 2023, o Comitê Chapecó e Irani publicou edital de convocação da Assembleia Setorial Pública para renovação da composição do Comitê de Gerenciamento das Bacias Hidrográficas do Rio Chapecó, do Rio Irani e Bacias Contíguas, mandato 2024-2028.

O edital tem como finalidade eleger as organizações-membro dos três segmentos que compõem o Comitê Chapecó e Irani: 1) Usuários da Água; 2) População da Bacia; e, 3) Órgãos da Administração Federal e Estadual, atuantes na bacia e que estejam relacionados com os recursos hídricos.

O segmento Usuários de Água, tem direito a 16 (dezesesseis) vagas e compreende os seguintes setores: abastecimento público; lançamento de efluentes urbanos; indústria, captação e lançamento de efluentes industriais; irrigação; hidroviário, pesca, turismo, lazer e outros usos.

O segmento População da Bacia, com direito a 16 (dezesesseis) vagas compreende os seguintes setores: Municípios, com participação de, no máximo, 50% (cinquenta por cento) das vagas do segmento: Poder Executivo Municipal; e Poder Legislativo Municipal; Organizações Cíveis de Recursos Hídricos, com participação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das vagas do segmento: consórcios e associações intermunicipais; associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos; organizações técnicas, de ensino e/ou pesquisa com interesse na área de recursos hídricos; organizações não-governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade; e outras organizações reconhecidas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH).

O segmento Órgãos da Administração Federal e Estadual, atuantes na bacia e que estejam relacionados com os recursos hídricos, tem direito a 08 (oito) vagas e compreende

ASSEMBLEIAS SETORIAIS PÚBLICAS DO COMITÊ CHAPECÓ E IRANI

ACESSE O EDITAL E SAIBA COMO HABILITAR SUA ENTIDADE PARA AS ASSEMBLEIAS SETORIAIS PÚBLICAS QUE ESCOLHERÃO AS ORGANIZAÇÕES-MEMBRO DO CBH CHAPECÓ E IRANI NA GESTÃO 2024-2028

PARA ACESSAR O EDITAL ESCANEIE O QR AO LADO

Logos: URUGUAI, UNC, fapesc, SANTA CATARINA

os seguintes setores: Poder Executivo Federal; e Poder

As inscrições estão abertas até o dia 29/03/2024, e devem ser realizadas exclusivamente online pelo e-mail asp.comitechapecoirani@gmail.com.

“As Assembleias Setoriais Públicas (ASP), respaldadas pela resolução nº19/2017 do CERH, destinadas à seleção das organizações-membro são extremamente importantes porque permitem ajustes, recondução e renovação na composição do Comitê, a cada quatro anos. De certa forma as ASP contribuem para que não ocorra a problemática da ausência de participação dos membros nas atividades do Comitê, uma vez que as entidades em exercício só podem se candidatar novamente se possuírem participação efetiva junto ao Comitê. Respeitando seus trâmites legais, inclusive com a ampla divulgação do edital e demais informações à sociedade, as ASP oportunizam aos interessados representarem seu segmento, seja usuário da água, população da bacia, ou órgãos da administração federal e estadual.

O processo de seleção das organizações-membro para o mandato 2024-2028 deve ocorrer de forma transparente e criteriosa, caso tenhamos um número maior de entidades em relação as vagas disponíveis, serão utilizados critérios que permitirão que os interessados em atuar junto ao Comitê possam ser selecionados de maneira imparcial. Por fim, a Lei Federal 9.433/1997 abriu a oportunidade para a sociedade participar na gestão dos recursos hídricos no âmbito estadual e federal, desta forma fica o convite a todas as entidades que tenham interesse em compor o comitê nos próximos quatro anos” (Clenoir Antônio Soares, Presidente do Comitê Chapecó e Irani).





Câmara Técnica do Setor Hidrelétrico se reúne e elege novo coordenador



Na tarde de quinta-feira, dia 16 de novembro, os membros da Câmara Técnica Para Tratar de Assuntos Relacionados à Empreendimentos do Setor Hidrelétrico na Região Hidrográfica 02 de Santa Catarina (CTSH), representantes de organizações-membro do colegiado, e membros da Entidade Executiva Universidade do Contestado estiveram reunidos por meio de videoconferência. Na oportunidade, os principais temas tratados foram: Escolha do Coordenador e Relator da Câmara Técnica; Apresentação da Empresa Irani Papel e Embalagem S.A, referente à complementação dos estudos de Avaliação Ambiental Integrada Bacia Hidrográfica do Rio Irani (Pesquisa Cágado e Reófitas), e alguns assuntos gerais.

Em votação aberta foi eleito o coordenador da Câmara Técnica do Setor Hidrelétrico (CTSH), o Sr. Leandro Reinhold Baucke, representante da Associação dos Produtores de Energia de Santa Catarina (APESC). Na vaga de relatora, assume a Sra. Andreza Fabíola Ferranti Czarnobay, representante do Instituto de Meio Ambiente do estado de Santa Catarina (IMA).

No segundo item da pauta da reunião, a coordenadora de

gestão da qualidade e meio ambiente da Irani Papel e Embalagem S.A, Janete Scalcon fez um breve relato sobre os empreendimentos hidrelétrico que a empresa possui no Rio Irani. Atualmente são duas Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs), as quais devem passar por um processo de potencialização, sendo transformadas futuramente em Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Já com aprovação de Avaliação Integrada pelo IMA, o órgão ambiental solicitou alguns estudos técnicos em toda a extensão do rio, os quais já estão em fase de elaboração. Tanto os estudos de monitoramento do cágado-rajado, quanto o estudo complementar Reófitas, visam atender as exigências legais.

Por fim, nos assuntos gerais, foram discutidos temas pertinentes ao setor. A reunião contou ainda com a presença da representante da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), Alessandra Schimtt, que atua na coordenação regional da FUNAI de Chapecó. Na oportunidade, a indigenista explanou sobre os projetos de empreendimentos hidrelétricos existentes Baixo e Médio Rio Chapecó e a necessidade de estudos sobre as espécies migradoras da região.